

-----ACTA N.º 04-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 17 DE JUNHO-----

-----Aos dezassete dias do mês de Junho de 2011, pelas 19.00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão Ordinária, no Edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**1.º Ponto** - Discussão e votação da proposta de isenção de taxas, ao abrigo no art.º n.º 19 do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Torres Vedras – Publicidade em Outdoors na cidade;-----

-----**2.º Ponto** - Discussão e votação da proposta de Regulamento Municipal para actividades cujo exercício implique o uso do fogo, em cumprimento da alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09;-----

-----**3.º Ponto** - Aprovar a Lista final de Nomeação de Juízes Sociais nos termos do art.º n.º 36.º do Decreto - Lei n.º 156/78 de 30 de Junho;-----

-----**4.º Ponto** - Autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à Rede de Judiarias de Portugal – Rede Sefarad, nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09 na sua actual redacção;-----

-----**5.º Ponto** - Autorizar o Município de Torres Vedras a concessionar por concurso público, a ocupação de lojas no Mercado Municipal de Torres, nos termos da alínea q) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**6.º Ponto** - Autorizar a Câmara Municipal de Torres Vedras à repartição de encargos para a Empreitada de Requalificação Urbana no âmbito do Programa Pólis, nos termos do art.º 22 do Decreto Lei 197/99, de 8.06, na sua actual redacção;-----

-----**7.º Ponto** - Autorizar a Câmara Municipal à aquisição de imóvel - Aparthotel Marazul, sito na Praia de Santa Cruz, nos termos da alínea i) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09 na sua actual redacção e dos números 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 08/06;-----

-----**8.º Ponto** - Autorizar a Câmara Municipal a ceder a utilização de imóvel à Movijovem – Mobilidade Juvenil, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, para instalação da Pousada da Juventude em Santa Cruz, tendo em conta a competência prevista na alínea i) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 19.08, na sua actual redacção;-----

-----**9.º Ponto** - Ratificação de Declaração de Interesse Municipal, para construção de Residência Sénior - Resort – Vale da Várzea - Freguesia de Monte Redondo, requerido por Manuel Rodrigo de Souto Gomes, referente ao processo de Obras IO/72/2010 em cumprimento do n.º 1 do art.º 130.º do PDMTV em vigor;-----

-----**10.º Ponto** - Apreciação de uma exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da actividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual

redacção;-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Batista Eleutério (Segundo Secretário). -----

-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passam a indicar:-----

-----Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, José Augusto Clemente de Carvalho, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, José António do Vale Paulos, Rita João de Maya Gomes Sammer, José Augusto Nozes Pires, Ana Elisa Pedreira Martins, Marco Henriques Claudino, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, Francisco Cruz Branco da Silva, Maria João Carvalho Franco Roque Alves, Cláudia Sofia Horta Ferreira, Maria Prudência Tomé Duarte Quina Fernandes, Rui José Prudêncio, João Paulo Moreira dos Reis, Rodrigo Manuel Hipólito Miranda, Diogo Ribeiro de Oliveira Guia, Ana Paula dos Santos Ventura Faria, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Graça Maria Martinho da Silva, Ana Cristina Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomaz, Paulo Jorge Marques Marreneca, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Mário João Rodrigues Matias, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, Horácio Orlando da Silva, Carlos Alberto Alves Gomes, Francisco João Pacheco Martins, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso, Guilherme Manuel Ferreira, Paulo Dinis Faustino Valentim e Bernardino Eugénio Jorge.-----

-----Faltou o membro José António Margaça.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Maria Paula da Silva e Paulo Roseiro Lopes, Ana Brígida Umbelino, Bruno Miguel Félix Ferreira e Hugo Miguel Fernandes Martins.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

-----O Sr. António Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

-----Anota-se que foram numerados 10 documentos que a seguir se indicam: -----

DOCUMENTO 1:-----

-----Ofício número 0318/2011, da Comunidade Intermunicipal do Oeste, de 5 de Maio, a enviar o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2010.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 2:-----

-----E-mail de Susana Maria Ribeiro das Neves, de 15 de Junho a informar que por motivos pessoais não poderá estar presente na sessão de 17 de Junho, solicitando a sua substituição ao abrigo da legislação acima identificada.-----

-----Foi convocado e encontrava-se presente Bernardino Eugénio da Cruz Jorge.-----

DOCUMENTO 3:-----

-----E-mail de António Carlos Nunes carneiro, a informar que, por motivos pessoais não poderá estar presente na sessão, solicitando a sua substituição nos termos legais.-----

-----Foi convocado e encontrava-se presente Paulo Dinis Faustino Valentim.-----

DOCUMENTO 4:-----

-----Carta de Tânia Isabel Ramos Mourato, de 16 de Junho, que solicita a sua substituição na sessão, por motivos de saúde.-----

-----Foi convocado e encontrava-se presente Guilherme Manuel Real Alves Ferreira.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO ART.º 38.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 5:-----

-----Fax da Junta de Freguesia da Silveira, de 2 de Maio, a informar que o Presidente da Junta Mário Miranda far-se-á representar no dia 2 de Maio, na reunião de continuação da sessão ordinária iniciada em 29 de Abril, pelo Sr. Sérgio Matias Rodrigues Calado.-----

DOCUMENTO 6:-----

-----E-mail da Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados, de 2 de Maio, a informar que o seu Presidente Ana Cristina Abreu far-se-á representar na reunião do dia 2 de Maio pelo Sr. Nuno Cosme.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:-----

DOCUMENTO 7:-----

-----E-mail da Junta de Freguesia da Freiria de 2 de Maio, a enviar pedido de justificação de falta à reunião de continuação da sessão ordinária iniciada em 29 de Abril e realizada em 2 de Maio.-----

DOCUMENTO 8:-----

-----E-mail de Ana Paula Faria, de 5 de Maio, solicitando justificação de sua falta à reunião de 2 de Maio por motivos profissionais.-----

DOCUMENTO 9:-----

-----E-mail de Jorge Henrique Horta Ferreira, de 4 de Maio, a solicitar justificação de falta à reunião de 2 de Maio por compromissos profissionais inadiáveis.-----

DOCUMENTO 10:-----

-----E-mail da Junta de Freguesia de Runa, de 16 de Junho, a informar que o seu presidente, José António Margaça por motivos profissionais, não pode comparecer à sessão.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência e aceitou as justificações de

faltas apresentadas.-----

----De seguida teve início o Período da Ordem do dia, tal como acordado na reunião da Comissão Permanente.-----

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS, AO ABRIGO NO ART.º N.º 19 DO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS – PUBLICIDADE EM OUTDOORS NA CIDADE;-----

----Nesta altura ausentou-se da sala o membro Luís Carlos Lopes, em observância do dever a que está vinculado nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 4.º da Lei 29/87, de 30.06 (Estatuto dos Eleitos Locais) e ainda para cumprimento do estipulado no art.º 44.º do CPA.-----

----Presente ofício número 6161, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 17 de Maio último, a remeter a proposta de isenção, para as entidades que constam em proposta em anexo que se considera integralmente transcrita, do pagamento de taxas de concessão e exploração a que se refere o art.º 30.º do Decreto Lei 280/2007, de 07.08.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que a proposta em apreço insere-se numa actuação que a Câmara está a ter no sentido de melhor regular a instalação de *outdoors*, não só na cidade mas essencialmente no concelho.-----

----Nesse sentido, estão previamente a definir os locais onde podem ser fixados *outdoors* na cidade, assim como nas freguesias. As Juntas de Freguesia, através de delegação de competências vão assumir a exploração destes painéis publicitários e quanto aos locais possíveis na cidade, pretende-se conceder a utilização dos mesmos às associações sedeadas em Torres Vedras, de forma a que possam ter uma receita directa desta exploração e serem mais autónomas no seu funcionamento.-----

----O *Sr. Nelson Aniceto* salientou a bondade da proposta em apreço que permite que estas associações assimilem verbas que serão muito úteis para a prossecução das suas actividades e dessa forma também contribuiu para a saúde financeira das mesmas.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do art.º n.º 19 do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Torres Vedras, isentar as entidades em abaixo listadas nas condições constantes na proposta, do pagamento da taxa de concessão de exploração de publicidade, tipo *outdoor* a que se refere o art.º 30.º do Decreto-Lei n.º 280/2007 de 07.08:-----

----“Associação de Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, Associação de Educação Física e Desportiva de Torres Vedras, Sporting Clube de Torres Vedras, Sport Clube União Torreense, Académico de Torres Vedras, Associação para a educação de Crianças Inadaptadas, Associação de Reformados do Concelho de Torres Vedras, Atlético Clube do Castelo, Cooperativa de Comunicação e Cultura, Grémio Artístico Torreense e Transforma, Associação Cultural.”-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 29 membros.-----

----Retomou o seu lugar o membro Luís Carlos Lopes.-----

PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ACTIVIDADES CUJO EXERCÍCIO IMPLIQUE O USO DO FOGO, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09;----

-----Presente ofício 7479, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7 de Junho, a remeter o regulamento em título, atenta a competência da Assembleia Municipal nesta matéria, o qual se considera integralmente reproduzido.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a elaboração deste instrumento derivou de uma obrigação legal e o seu texto resulta da transcrição que o normativo legal impõe.-----

-----Não se registaram intervenções pelo que se passou de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Regulamento Municipal para actividades cujo exercício implique o uso do fogo.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 31 membros.-----

PONTO 3 - APROVAR A LISTA FINAL DE NOMEACÃO DE JUÍZES SOCIAIS NOS TERMOS DO ART.º N.º 36.º DO DECRETO - LEI N.º 156/78 DE 30 DE JUNHO;-----

-----Presente ofício número 5998, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13 de Maio, a remeter a lista acima identificada, que se considera integralmente reproduzida e consta na pasta dos documentos da sessão. -----

-----O Sr. Presidente da Mesa *Sr. Alberto Avelino* leu a lista final de nomeações.-----

-----A *Sra. Maria Quina* pediu a palavra para questionar quais serão em concreto as funções destes juízes sociais.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa*, informou o regime de recrutamento e funções dos juízes sociais é objecto de um diploma que será enviado ao membro para um esclarecimento mais completo. -----

-----Não se registaram mais intervenções e passou-se à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Lista Final de Nomeação de Juízes Sociais.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 35 membros.-----

PONTO 4 - AUTORIZAR A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS À REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL – REDE SEFARAD, NOS TERMOS DA ALÍNEA M) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09 NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 6839, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 27 de Maio último, a remeter o processo de adesão em título.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que o município de Torres Vedras foi recentemente convidada para esta associação que prossegue uma actuação conjunta na defesa do património urbanístico, arquitectónico, ambiental, histórico e cultural relacionado com a herança judaica. -----

-----Registou que será mais um motivo de interesse e de atracção ao centro histórico da cidade.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** assinalou como bem vindo tudo quanto venha na linha da afirmação da história, como factor de reforço da identidade dos torrienses.-----

-----Assinalou ainda que se esta associação não frustrar os fins estatutários que estão estabelecidos será benéfica na medida em que vem em reforço da defesa e divulgação do património, da produção de factores de atractividade turística e reforçando a política cultural para além de impulsionar a investigação histórica, pois têm uma historia que importa assumir na sua plenitude, por isso saúda esta adesão do município de Torres Vedras a tal associação.-----

-----O **Sr. João Bastos** lembrou que nos últimos dois mandatos, foram inúmeras as vezes que foi solicitado à Assembleia Municipal autorização para aderir a associações, as quais sempre votou a favor.-----

-----Elencou as adesões que nos últimos dois anos a Assembleia Municipal autorizou e os respectivos encargos e não pondo em causa a bondade ou qualidade das mesmas, mas numa altura em que têm que reduzir custos, questionou se todas elas se justificam.-----

-----Quanto à presente proposta disse que está muito bem fundamentada mas questiona se o município tem alguma coisa a ganhar com este tipo de adesão até porque verificou que tem como objectivos a criação de políticas de intercâmbios entre municípios, planificação e desenvolvimento de uma política de promoção turística, planificação de uma política cultural de acordo com os objectivos da rede, que lhe parecem muito “redondos”.-----

-----Assim declarou que iria votar desfasado da sua bancada, abstendo-se, mas solicitou à Mesa da Assembleia que se faça um levantamento de quais as associações a que o Município pertence, os encargos e que actividades ou participações foram realizadas no seu âmbito, após o que deverá ser feita uma ponderação, sobre quais deverá continuar a pertencer e as quais, por motivos de contenção orçamental, deverá deixar de pertencer.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** manifestou opinião contrária ao do membro pois entende que se não pertencerem a redes de associações, dificilmente conseguirão andar a par com os outros parceiros.-----

-----No caso concreto da associação em apreço, ainda a mesma não estava formalizada, quando viu veiculado no jornal “O público” todos os municípios que faziam parte e referências a cada um deles. Ou seja é mais fácil promover o trabalho do município em rede.-----

-----No entanto concorda com a possibilidade de se actualizar o associativismo da autarquia, dado que poderá haver associações que à há data estejam pouco activas e em que a participação do município tenha pouco proveito.-----

-----Quanto aos encargos informou que vêm discriminadas anualmente nos Relatórios de Contas.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** admite que a intervenção do colega João Bastos radique na circunstância de não disporem da informação que os leve a concluir sobre o binómio

custo/benefício.-----

----Assim, lembrou as competências da Assembleia Municipal previstas na alínea d) do n.º 1 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção sugerindo à Câmara que desse execução a esta norma porque crê que na posse dessa informação as dúvidas se desvanecerão.-----

----O *Sr. Luís Carlos Lopes* informou que o Grupo Municipal do PSD irá votar favoravelmente este assunto, não sem questionar, independentemente da questão financeira, se não poderão existir outras redes que serão mais próximas de Torres Vedras tais como as redes ligadas à questão napoleónica e afins, às quais a Câmara Municipal ainda não aderiu e nas quais faria mais sentido se tivesse uma presença efectiva.-----

----Terminadas as intervenções passou-se de imediato à votação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou autorizar por maioria de 36 votos a favor e 1 abstenção a adesão do Município de Torres Vedras à Rede de Judiarias de Portugal – Rede Sefarad.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 37 membros.-----

PONTO 5 - AUTORIZAR O MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS A CONCESSIONAR POR CONCURSO PÚBLICO, A OCUPAÇÃO DE LOJAS NO MERCADO MUNICIPAL DE TORRES, NOS TERMOS DA ALÍNEA Q) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

----Presente ofício número 7480, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7 de Junho a solicitar o agendamento do assunto em título, atenta as competências do Órgão Deliberativo nesta matéria.---

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que existem dois espaços comerciais no mercado municipal ainda por atribuir pelo que a Câmara deliberou dar início aos procedimentos necessários tendentes à ocupação dos mesmos através de concurso público, fixando as condições gerais, para o qual precisa da autorização do Órgão Deliberativo.-----

----Não se registaram intervenções pelo que se passou de imediato à votação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade autorizar o Município de Torres Vedras a concessionar por concurso público, a ocupação de lojas no Mercado Municipal de Torres Vedras, nas seguintes condições:-----

----“Solicitar a apresentação de projecto de arquitectura de interiores, bem como proposta de dinamização de espaço e;-----

----Aplicar os seguintes critérios de selecção: valor da renda proposta (25%), valor base de arrematação proposto (25%), apresentação e qualidade do projecto de arquitectura de interiores (30%), apresentação e qualidade do projecto de dinamização do espaço (20%), os espaços serão adjudicados às propostas que obtiverem a maior pontuação após aplicação dos critérios de selecção das propostas;-----

----Loja 24 – interior . 1.º andar – 25m² - valor base (fixo) - €7.500, lances - €50,00, valor base

Renda - €350,00 – (sobe por lances)-----

----Loja R/C – Exterior – 106m² – valor base (fixo) - €15.000,00, lances - €50,00,valor base renda - €500,00 – (sobe por lances)-----

----As concessões serão por 15 anos, findos os quais, terá que haver novo concurso, as lojas a concurso não podem ter como actividade comercial as já existentes no Mercado Municipal e os acabamentos das lojas ficam a cargo dos adjudicatários.”-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 37 membros.-----

PONTO 6 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS À REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA A EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PÓLIS, NOS TERMOS DO ART.º 22 DO DECRETO LEI 197/99, DE 8.06, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

----Presente ofício número 6840, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 27 de Maio a enviar o processo acima identificado para efeitos de deliberação quanto à repartição de encargos.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que os quatro projectos Pólis estão em ordem para este ano poderem lançar o concurso público e executar as obras nos anos de 2012 e 2013, no valor de €8.000.000,00 estando previsto a repartição de encargos de €5.802.200,00 para 2012 e €2.997.800,00 para 2013.-----

----O *Sr. Luís Carlos Lopes* assinalou que já passaram dez anos sobre o Pólis e ficou contente por se estar a pensar na execução da obra. No entanto lembrou que o Sr. Presidente da Câmara, através da comunicação social deixou antever algumas dificuldades financeiras, pelo que questionou se para a execução destas obras conta com valores do PIDAC. -----

----Em relação ao que disse no jornal sobre as dificuldades financeiras o *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que resultaram do facto terem deliberado uma consulta ao mercado para empréstimo, a 20 anos, a nível nacional, no valor de €2,500.000, para o qual não obtiveram nenhuma, tendo até alguns bancos telefonado a dizer que não faziam empréstimos a mais de cinco anos.-----

----O *Sr. Luís Carlos Lopes* manifestou-se satisfeito com a resposta mas gostaria de ser elucidado se o PIDAC é fundamental para a execução da obra.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que dos €5.000.000,00 atribuídos ao Município de Torres Vedras pelo Programa Pólis, a Câmara Municipal já investiu €2,500.000 na aquisição de terrenos, processo que está concluído e têm mais €2500.000 para receber, tendo sido combinado com o Gabinete do Pólis utilizar essa verba em 2011 e 2012.-----

----Não se registaram mais intervenções, pelo que o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto em discussão:-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a Câmara Municipal de Torres Vedras à repartição de encargos de €5.802.200,00 em 2012 e €2.997.800,00 em 2013 para a

empreitada de requalificação urbana no âmbito do Programa Pólis, para realização de concurso público no valor de €8.800.000,00-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 38 membros.-----

-----Nesta altura foi feita uma pausa para jantar tendo os trabalhos sido retomados pelas 21.00H, com as intervenções do público.-----

CONDOMÍNIO “MARAZUL”, SITO NA PRAIA DE SANTA CRUZ:-----

-----O *Munícipe Luís Carvalho*, na qualidade de administrador do condomínio em título, começou por referir que, teria sido de bom tom, a Câmara Municipal ter entrado em contacto com a administração ou com os condónimos uma vez que se estão a preparar para comprar uma fracção que é parte significativa daquele complexo, onde existem mais 90 condónimos que vão ser muito afectados pela decisão que vai ser tomada hoje.-----

-----Entende que é extremamente importante salvaguardar a independência e a privacidade dos moradores daquele condomínio, pelo que gostaria de saber o que pretendem fazer em relação a isso.-

-----Deu nota que o aparthotel, o bar, o health club e o dancing, têm à data uma dívida para com o condomínio no valor de €56.687,96, que gostariam que a autarquia assumisse caso adquira as fracções uma vez que tem havido um esforço suplementar por parte dos condónimos para fazer face à não participação por parte da Beltorres nestas despesas, sendo que a Câmara beneficiará das mesmas no futuro.-----

-----Informou que o condomínio não tem licenças de utilização, existindo pedidos pendentes na Câmara Municipal há 7 anos, que tem responsabilidades pois o empreendimento está construído em propriedade horizontal e está de acordo com as telas finais existentes nos serviços técnicos.-----

-----Informou ainda que o Decreto Lei n.º 39/2008 de 7.03, na redacção introduzida pelo Decreto Lei n.º 228/09 de 14.09 em consonância com o RJUE, prevê emissão da licença de utilização às fracções, contudo sabem que foi emitida uma única licença de construção e continuam a insistir na emissão da licença de utilização por um todo.-----

-----Nesta sequência questionam se, com a mudança de utilização de uma parte de uma fracção, que representa cerca de 40% do valor total da propriedade horizontal e com a mudança de uso de utilização de aparthotel para pousada da juventude, finalmente irão ter a desejada licença de utilização.-----

-----Teve de seguida a palavra o munícipe *Carlos Teixeira*, proprietário de uma fracção, reforçando o teor da intervenção anterior e dizendo que espera que o negócio não seja prejudicial para os moradores, que têm às suas custas tentado fazer a manutenção do espaço.-----

-----Anotou que houve muitos condónimos que foram aldrabados neste processo, situação que espera que não se repita mais no concelho, assim como espera que dentro em breve possam ter as suas licenças de utilização.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por esclarecer que atendeu por diversas vezes condónimos deste empreendimento e a solução de negócio em discussão surgiu numa dessas reuniões. Também respondeu por escrito a todas as questões que lhe foram colocadas.-----

-----Quanto à alusão de terem sido aldrabados e que não se devia repetir no concelho frisou que a Câmara Municipal, neste processo, sempre se portou com a máxima lisura e transparência, e não houve, durante toda a negociação, qualquer situação menos esclarecida.-----

-----Igualmente deu nota que o processo foi aprovado pela Câmara Municipal como empreendimento turístico, que tem regras próprias. Se ao comprarem não estavam devidamente informados e se alguns celebraram escrituras de compra e venda e outros não, não foi por culpa da autarquia, mas por alguma habilidade jurídica de quem na altura conseguiu e outros não.-----

-----Deu nota ainda que a Câmara não emitiu licenças de utilização, uma vez que o empreendimento não foi aprovado pela Secretaria de Estado de Turismo. Um empreendimento turístico para além do aparthotel também teria que ter fracções afectas ao turismo, que nunca foram, antes pelo contrário foram vendidas e não podiam ter sido.-----

-----Explicou que foi nesta conjuntura que se tentou encontrar uma solução, através da alteração da classificação do solo de urbano afecto ao turismo, para zona habitacional, de que resulta um condomínio habitacional e assim passarão a ser proprietários de uma fracção que não está sujeita às obrigações turísticas e poderão ter as licenças de utilização.-----

-----Explicou ainda que a conversão de empreendimento turístico num condomínio habitacional implica que o empreendedor ceda áreas de equipamento e espaços verdes, ou compense, e, no caso concreto como o promotor não tinha liquidez a Câmara aceitou em bens e assim surgiu o aparthotel. O promotor também colocou em negociação os demais imóveis descritos no processo, os quais, após avaliação, se entendeu que era vantajoso e foram englobados no negócio.-----

-----Também assegurou que quer a autarquia quer a Movijovem têm interesse em adaptar o squash e a discoteca em auditórios e salas de reuniões, quando estiverem reunidas as condições ideais para o efeito.-----

-----Disse que na sua óptica, os grandes beneficiários desta operação são as pessoas que têm lá fracções, no sentido de que vão ver regularizada a sua situação, que até aqui não conseguiram por impossibilidade, quando o Plano de Urbanização for aprovado que julga acontecer no prazo de um ano.-----

-----Quanto às dívidas, esclareceu que a Câmara não está a comprar deficit, mas sim uma fracção tal e qual eles compraram.-----

-----Aproveitou para dar os parabéns à administração pelo cuidado, limpeza e bom estado que o condomínio apresenta assegurando que irão fazer um grande sacrifício para pagar os 40% que lhes cabe e que tentarão fazer pontualmente.-----

-----Terminou indicando que estão a avançar com esta solução de boa fé e porque acham que a Pousada da Juventude é uma mais valia para Santa Cruz, com a qual a autarquia não irá despende nenhuma verbas.-----

-----Pedi de novo o uso da palavra o munícipe *Luís Carvalho* para fazer notar que em reunião de condónimos ninguém se mostrou contra à instalação da Pousada da Juventude e todos vêm com algum agrado a tentativa de resolução do problema por parte da Câmara Municipal.-----

-----Quanto aos contactos esclareceu que foram eles que foram ao encontro da autarquia.-----

-----Relativamente às dívidas, sabe que quando é feita a escritura esta é livre de ónus e encargos da fracção, mas também sabe que o comprador poderá pedir uma declaração de não dívida ao condomínio e a Câmara poderá fazer alguma pressão sobre a Beltorres para a regularizar até porque será beneficiada também se se conseguir recuperar este dinheiro.-----

-----Por último solicitou algum compromisso por parte da autarquia no que toca à passagem das licenças de utilização quando seja feita a alteração de utilização do squash e da discoteca.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que existem dois processos distintos, a concessão das licenças de utilização e alterar a utilização discoteca e do squash, que só será quando houver verbas.-

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----O Líder do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, *Sr. Nozes Pires* tomou a palavra para ler a proposta que se transcreve:-----

-----“Realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária que análise calmamente, reflectidamente e discuta o processo, relativo à implementação de um chamado complexo ambiental no local compreendido entre de S. Pedro e Santiago e A-dos Cunhados.-----

-----Esta proposta que creio ser oportuna, não é intempestiva mas tempestiva pelas seguintes razões:-

-----Porque o projecto de instalação do chamado complexo ambiental, encontrou desde logo oposição consensual em sessão de Assembleia Municipal de 2008, tendo-se concluído então pela não ratificação e até pela constituição de uma comissão de estudo, constituída no âmbito da Assembleia Municipal.-----

-----O relatório apresentado pela comissão, que nessa data analisou o processo colocou um conjunto de exigências que ainda não consideramos completamente verificadas.-----

-----Porque os vereadores da oposição em sessão da CM tendo votado a favor, mais ou menos por essa data da implementação vieram posteriormente a público repudiar a atitude que tomaram, conforme se constata de resto em actas, explicando com honesta frontalidade que não haviam recolhido então as informações suficientes e por isso votaram a favor mas votariam contra.-----

-----Porque o projecto tem provocado nas populações uma forte contestação e digo que é forte não

por preconceito, mas porque em manifestada reunião de populares, pelo abaixo assinado que decorreu e alcançou mais de 2000 assinaturas, pela oposição de 1000 de frequentadores das redes sociais, concretamente facebook, intervenções de elementos da população até em sessões da Assembleia Municipal.-----

----Porque o processo ainda não foi encerrado, ainda não foi licenciado, nem se iniciou ao que sabemos, o obrigatório estudo de IA.-----

----E porque o facto de necessitar de um estudo de impacto ambiental é já por si revelador da delicadeza do referido projecto e pode levantar, esperamos que sim sérias reservas, tanto ao local escolhido, como à tipologia dos materiais que os aterros vão receber, e permitam-me chamar aterros, e também relativamente às condições do seu tratamento.-----

----O chamado complexo ambiental pode eventualmente até violar princípios cautelares, que a própria UE aconselha em casos similares. São princípios estabelecidos nas cartas da UE em favor da segurança ambiental, princípios esses que são claros e muito exigentes.-----

----De resto não conhecemos nenhum estudo de âmbito nacional realizado ou avalizado por entidades oficiais que tivesse concluído ter sido a localização pretendida a melhor opção. É certo que por via do dispositivo de alteração do PDM, a obrigatoriedade da Assembleia Municipal em se pronunciar sobre o interesse municipal do referido projecto já não se põe. Contudo julgamos pertinente, democrático que a Assembleia Municipal se pronuncie novamente embora sem poder deliberativo.-----

----A opinião pública que manifestamente se mostra atenta ao desenrolar deste acontecimento e às atitudes desta Assembleia Municipal, apreciará esta decisão, se assim for dos seus legítimos representantes”.-----

----Aludindo ao art.º 50.º da Lei 169/99, de 18.09 o Sr. Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** informou que as sessões extraordinárias são convocadas pelo Presidente da Assembleia, por sua iniciativa, quando a mesa assim o deliberar ou ainda a requerimento do Presidente da Câmara ou de um terço dos seus membros.-----

----Assim, remeteu a discussão desta proposta para uma próxima reunião da comissão permanente.-

----Mostrando a concordância com a intervenção do colega Nozes Pires, o **Sr. João Pedro Gomes** disse que o CDS-PP está disponível para fazer o requerimento necessário para a realização da sessão extraordinária.-----

----Entendem que os cidadãos devem ser esclarecidos do tipo de aterro que se trata e dos constrangimentos que pode trazer para as populações circundantes. É um tipo de investimento que não interessa em nada para o concelho de Torres Vedras, contra o qual se vão opôr com todos os seus recursos.-----

----O **Sr. Marco Claudino** assegurou a disponibilidade do Partido Social Democrata para apoiar

qualquer iniciativa que vá no sentido do esclarecimento, mas sobretudo para impedir que o aterro venha a ser implementado no concelho e cujo procedimento a seguir foi rigorosamente assinalado pelo Presidenta da Mesa.-----

-----Igualmente assegurou a disponibilidade em participarem num referendo municipal que lhe parece pertinente, juntamente com outros partidos e membros do Partido Socialista que não subscrevem a opinião do edil. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por corrigir que não é a lei que exige a feitura de EIA, como citado na proposta do membro Nozes Pires, uma vez que não se trata de resíduos perigosos. Foi a Câmara Municipal, que deliberou a sua elaboração para ter documentos, para ter estudos, de forma a poder decidir de forma séria.-----

-----Da mesma forma esclareceu que estão perante uma alteração ao PDMTV, que está obrigado a uma discussão pública pelo que a Assembleia Municipal terá sempre que se pronunciar.-----

-----Frisou que o Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras não é sócio do aterro, nem o defende como a melhor coisa do mundo. Mas sempre disse e continua a dizer que acha que não tem inconvenientes para a população e tem vantagens para concelho.-----

-----Aproveitou para dar nota que recentemente o Presidente da Câmara de Alenquer lhe disse que existe no concelho um aterro de resíduos não perigosos há vários anos com o qual não tiveram nenhum problema. Nunca tinha ouvido falar deste aterro e por alguma razão havia de ser. Também lhe chegou informação de contra indicações do aterro da Befesa.-----

-----Assegurou que vão ter em conta todas estas indicações e se tiver algum risco o seu voto será contra, mas não é contra sem estudar os assuntos. Devem estudar, ver e decidir.-----

-----Deu nota que a Câmara Municipal já encetou contractos com duas Universidades para a elaboração do EIA, e deverá ser a Universidade Nova a fazer um estudo prévio, para o qual irão já carregar todas estas questões que têm surgido.-----

-----Deu nota ainda que o relatório será presente ao Executivo e se a Assembleia tiver que decidir assim será.-----

----Entende que não devem estar a julgar partidariamente algo que tem a ver com a população, alarmando-a sem necessidade. -----

-----Pedi novamente a palavra o membro **Marco Claudino** para alertar que não se pode comparar o incomparável como é o caso do aterro de Alenquer quanto ao tamanho e à distancia em que se encontra das moradias e da população.-----

-----Relativamente aos anunciados estudos, para saber se não há incómodos, entende que a prioridade seria apresentar um estudo para saber qual é a mais valia e o que Torres Vedras ganha em ter este aterro.-----

-----Depois desta intervenção pronunciou-se a **Sra. Ana Elisa Martins** no sentido de alertar que

estavam sempre a falar deste assunto, quando nada ainda estava decidido.-----

----Lembrou que há dois anos atrás a Câmara Municipal decidiu aprovar a declaração de interesse municipal, depois de ter enviado a Espanha uma comissão para avaliar um complexo similar.-----

----Assim entende que não vala a pena estarem com esta discussão, sem terem dados para o fazer. Têm que ser objectivos e os critérios para fazer esta avaliação têm que ser iguais para todas as empresas que pretendam instalar a sua actividade no concelho de Torres Vedras.-----

----Reforçou que não vê razões para tanta precipitação, uma vez que a Câmara deliberou mandar elaborar um EIA, pelo qual devem aguardar porque os estudos ainda não estão concluídos.-----

----O *Sr. Luís Carlos Lopes* pediu a palavra para dizer que também tem algumas questões quanto à implementação do aterro em causa. Lembrou que enquanto vereador votou a favor da declaração de interesse municipal mas depois quando o assunto veio à Assembleia Municipal surgiram muitas dúvidas, tendo sido criada uma comissão para avaliar o assunto, após o que a pretensão foi indeferida pela Assembleia.-----

----Assim, continua a ter muitas dúvidas e queria ser esclarecido.-----

----Também questionou qual é a equipa da Universidade Nova que vai elaborar o EIA.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o trabalho ainda não foi adjudicado mas a equipa em causa é chefiada pelo Professor Francisco Ferreira, especialista em qualidade do ar e pela Professora Maria da Graça Martinho, especialista em resíduos.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

HOMENAGEM A JOSÉ JUSTINO:-----

----O Sr. Presidente de Junta de Freguesia do Turcifal, *Sr. Filipe Santos* interveio no sentido de agradecer ao Sport Clube Freixofoirense e aos freixofoienses pela homenagem que fizeram no dia 10 de Junho ao Sr. José Justino, um homem grande, ex-presidente de junta e membro deste Órgão Deliberativo, com a presença de 300 amigos, que significou para o homenageado um agradecimento ao que fez e do que pensam dele.-----

----Salientou ainda que o José Justino é uma referência viva de um ser humano exemplar, amigo, honesto, humilde, trabalhador e principalmente bastante educado, qualidades muito difíceis de contabilizar numa só pessoa, nesta actual sociedade.-----

----Entende que se devem valorizar as pessoas na presença das mesmas e não quando desaparecem. Para além de um grande amigo considera o José Justino um universitário da vida e um torriense ímpar -----

----O *Sr. Presidente da Câmara* assinalou que esteve presente na homenagem que foi feita pela população da Freixofoeira, que foi muito agradável.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CAMPANHA ELEITORAL – PASSAGEM DE JOSÉ SOCRATES POR TORRES VEDRAS

- PROTESTO DE UM GRUPO DE PAIS E ALUNOS DO EXTERNATO DE PENAFIRME:--

-----Sendo professor no Externato de Penafirme o *Sr. João Bastos* interveio, fazendo notar que a Associação de Pais e Encarregados de Educação é uma entidade independente do Externato e não se revê na sua iniciativa de marcar presença no restaurante “Os Severianos” no almoço de campanha do Eng.º Sócrates em Torres Vedras, que lhe pareceu desadequada. -----

-----No entanto achou desadequada a expressão edil “vai sobrar menos dinheiro para patriarcado, do financiamento” pois há de facto uma subvenção para o financiamento do Externato, mas vê-se bem o dinheiro aplicado nas instalações. Era uma escola pequena com 300 alunos e presentemente tem cerca de 2000. São terrenos, edifícios é educação.-----

-----O *Sr. João Pedro Gomes* disse que o CDS também não concordou com a manifestação em causa, com a qual não estiveram envolvidos, pelo que desconhece como é que o CDS-PP foi tão frequentemente mencionado pelo edil, uma atitude que repudiam e condenam totalmente.-----

-----Disse que a pessoa em causa podia ser membro do CDS, mas não estava lá certamente como membro deste partido, mas como elemento do movimento SOS ou da Associação de Pais do Externato de Penafirme.-----

-----Considerou que esta situação não aproveita em nada a imagem do concelho de Torres Vedras nem à do Presidente da Câmara Municipal. Era escusado que tivesse acontecido.-----

-----Quanto ao considerarem desadequadas as suas palavras, o *Sr. Presidente da Câmara* comentou que naquela dia naquela hora quando, falou como militante do PS e não como Presidente da Câmara.-----

-----Reforçou que as pessoas não são gavetas que se abrem e fecham, e por isso o senhor que é dirigente nacional do CDS e gritou à frente das câmaras quando não o deixaram entrar na sala, nessa hora era dirigente nacional do CDS, como ele era Presidente da Câmara, como era cidadão também.-

-----Se houve uma redução nas verbas concedidas ao ensino particular e se até aqui sobrou dinheiro, agora ou vai sobrar menos ou vai faltar. Nunca disse que o dinheiro era mal aproveitado ou esbanjado, sempre o disse que é investido, o que louva, mas é no património do patriarcado. -----

-----Sustentou que não podem levar a mal ele dizer que vai sobrar menos dinheiro para o patriarcado. Investem, sim, no património do externato que é do patriarcado e investem nas condições de trabalho assim como nas condições de ensino dos que estão lá aprender, não há qualquer dúvida nisso.-----

-----Lembrou que sempre defendeu publicamente que cada caso é um caso e cada situação devia ser analisada. Acha errado que se faça uma matriz para todas as escolas do território e esta foi sempre a sua posição, conhecida pelas pessoas do externato e particularmente pelo Padre Cerca. -----

-----O *Sr. Marco Claudino* disse que também não gostaria, numa iniciativa do Partido Social Democrata, sobretudo numa de apoio a uma candidatura, que outro tipo de iniciativas se fossem lá

imiscuir.-----

----Relativamente às palavras do edil entende que ele confundiu dinheiro com património. Quando diz que sobra menos para o patriarcado, deve dizer quanto, em que moldes e para onde vai o dinheiro, porque o património é para a excelência da educação, o que parece querer confundir.-----

----Prosseguiu indicando que até concorda quanto às camisolas partidárias que se vestem e despem. O seu problema está quando o Sr. Presidente da Câmara não consegue despir a sua camisola do PS, sendo esta a distinção do PSD relativamente ao posicionamento em matérias nacionais.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* disse já estar cansado de ouvir sobre ele não despir a camisola partidária em defesa dos interesses do município, pois acha que já deu provas mais do que suficientes disso. O facto de não concordar que o financiamento ao ensino particular seja fixo e não balizado não impediu, nem impede, que não tenha entendido que a acção do governo, nomeadamente, referente ao concelho de Torres Vedras tivesse sido positiva.-----

----Assim disse estar perfeitamente à vontade para ver o que é que este governo, fez nos últimos anos em Torres Vedras e o que não fez, para aqui a 2 anos ou 4 verem a actuação do próximo governo.-----

----Pedi novamente a palavra o *Sr. João Pedro Gomes*, para registar que independentemente do que o próximo governo, que o CDS integrará, irá fazer, se alguma vez os interesses do concelho estiverem em causa, o CDS de Torres Vedras vai ser o primeiro a ir contra o seu partido, pois nunca se irão refugiar em partidarismos, para não fazer aquilo que está certo.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CONCURSO PARA O CENTRO CÍVICO DE SANTA CRUZ:-----

----A propósito da realização o concurso em epígrafe o *Sr. João Bastos* manifestou a sua opinião de que os anúncios de concursos, para além da publicação em Diário da República, deviam ser também publicados no Jornal Badaladas, até para incentivar os arquitectos torrienses a concorrer.-----

----Em relação aos resultados do concurso em título espera que seja feita uma exposição para terem conhecimento das propostas apresentadas.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que publicam no site do Município e em jornal nacional mas publicitar nos jornais é oneroso. No entanto informou que estão a preparar a exposição dos primeiros dez classificados que serão expostos no hall da Câmara Municipal em sistema de DVD.---

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INAUGURAÇÃO DO ESTÁDIO DO CLUBE DESPORTIVO DE A-DOS-CUNHADOS:-----

----Relativamente ao assunto em título a Presidente de Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados, *Sra. Ana Cristina Moreira*, começou por agradecer à Câmara Municipal por mais uma vez ter acreditado em A-dos-Cunhados e mais uma vez ter ajudado a investir nesta Freguesia.-----

----Deu nota que a inauguração teve lugar no dia 10 de Junho e englobou três dias de festa onde

decorreu um campeonato com muitas crianças que puderam usufruir de um complexo desportivo de qualidade e onde se poderá praticar desporto de qualidade.-----

-----Deixou uma palavra de agradecimento aos populares da freguesia de A-dos-Cunhados que muitas horas deram da sua vida aquele empreendimento, ajudando o antigo presidente do clube Luís Carlos, que iniciou a obra e o actual Presidente Vítor Vitorino, que deu seguimento e bem. -----

-----O Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro da Cadeira, **Sr. Carlos Gomes**, começou por dar os parabéns à autarca de A-dos-Cunhados, ao Sr. Presidente da Câmara e toda a sua equipa pelas excelentes instalações desportivas inauguradas, visto tratar-se de um equipamento de referência a nível nacional.-----

-----Também o Presidente de Junta de Freguesia de Ponte de Rol, **Sr. Pedro Vasa** expressou os seus parabéns pelo trabalho realizado em A-dos-Cunhados.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** aproveitou para dar os parabéns à autarca Cristina Abreu, e ao Grupo Desportivo de A-dos-Cunhados que fizeram um excelente trabalho para que esta inauguração fosse uma realidade.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CAMPEONATOS MUNICIPAIS DE FUTEBOL 7:-----

-----Ainda no uso da palavra o autarca **Carlos Gomes** partilhou alguns dados que recolheu informando que decorreu no passado fim de semana em A-dos-Cunhados o encerramento dos Campeonatos Municipais de Futebol 7.-----

-----Referiu que o evento juntou no escalão de Escolas, 510 atletas, distribuídos por 29 equipas e nos Infantis, 440 atletas num total de 25 equipas, que são números fantásticos, pela moldura humana e por ter tantas crianças juntas a divertirem-se mas a praticar desporto.-----

-----Sublinhou que entre a época de 2005 e 2011 houve um aumento na modalidade na ordem dos 63% ou seja 483 atletas, que se deve sem dúvida aos espaços desportivos relvados construídos nos últimos anos no concelho de Torres Vedras, cujas instalações também permitiram aos técnicos evoluírem com acções de formação na área de desporto.-----

-----Referenciou também que nos Campeonatos Municipais da temporada de 2010/2011 participaram 8 equipas de concelhos vizinhos que têm em Torres Vedras a possibilidade de competir semanalmente.-----

-----Anotou ainda que, para além dos escalões mencionados, pela primeira vez esta época competiram oficialmente Petizes dos 5 aos 6 anos e Traquinas dos 7 aos 8 anos, num total de 450 atletas distribuídos por 51 equipas. Num total de escolas e recentes escalões jovens, somam 1400 atletas distribuídos por 95 equipas-----

-----Por último informou que a organização dos torneios é da responsabilidade da Câmara Municipal de Torres Vedras, tendo com parceiros o Núcleo de Árbitros de Torres Vedras, a Associação de

Futebol de Lisboa, endereçando os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara e a toda a sua equipa pelo excelente trabalho realizado ao longo dos anos na formação dos nossos jovens desportistas. -----

-----O *Sr. Pedro Vasa*, autarca da Ponte do Rol referenciou a mais valia da formação de novos treinadores que se tem feito no concelho, mas tinha que se interrogar a razão de no país inteiro existirem clubes a fechar as portas e no concelho já terem aberto mais dois.-----

-----Assinalou que a Câmara Municipal, que está em crise, dá €105 por cada atleta, e alertou que foram criados clubes só para receber o apoio da Câmara, situação que devia ser repensada.-----

-----Alertou também que os pais dos atletas destes dois novos clubes pagam uma mensalidade e a Câmara ainda ajuda com uma verba por cada atleta.-----

-----Relativamente aos números de atletas do Futebol 7 mencionados o *Sr. Presidente da Câmara* disse que não tinha a noção dos mesmos, mas é impressionante ver a alegria dos miúdos nos campos e é um bom trabalho que se tem vindo a fazer. -----

-----Respondendo ao autarca Pedro Vasa, indicou que poderia ter sido mais expresso na sua intervenção, uma vez que recebeu vários telefonemas a alertar que ele iria intervir sobre as Escolas de Futebol do Turcifal.-----

-----Lembrou que os apoios que a Câmara Municipal dá aos clubes são regulamentados e não há qualquer irregularidade.-----

-----Fez notar que as candidaturas têm que ser feitas por clubes, os quais têm que ter atletas federados e se num primeiro momento exigiam que o clube não cobrasse aos atletas qualquer verba, passado pouco tempo viram que era incorrecto, uma vez que clubes estavam a prestar um serviço educativo e o subsidio atribuído por atleta não cobria a remuneração do treinador. -----

-----Assinalou que já há vários anos que está assim regulamentado e entende que deve ser fomentado o clubes cobrarem pela formação que fazem, para fazerem face às suas despesas.-----

-----No caso concreto da Escola de Futebol do Nelson, informou que ele constituiu uma associação sem fins lucrativos, há cerca de dois anos, tem o clube registado na associação e participa nos campeonatos e até ganha. Trata-se da mesma situação que os “Janitas” que sempre cobraram pelos atletas e recebe participação da Câmara Municipal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MARCHAS POPULARES DA PONTE DO ROL:-----

-----O Presidente de Junta de Freguesia, Ponte de Rol, *Sr. Pedro Vasa* começou por dar nota que as marchas em título são únicas no concelho e conseguem “competir” com os concelhos e distritos vizinhos. Remontam de há 19 anos atrás e têm actividade todos os fins de semana.-----

-----Mencionou que no passado sábado tiveram as Marchas na Ponte do Rol, com um grupo de Leiria e outro da Lourinhã, com uma moldura humana de aproximadamente 1000 pessoas, numa festa bastante bonita.-----

-----Deu nota ainda que estas marchas, que são compostas por 70 elementos, com actividades de Fevereiro a Junho e fazem parte da cultura ponterrolense e torriense, apenas agora receberam o apoio da Câmara Municipal de €400 referente ao ano de 2010, o qual não dá nem para pagar as refeições dos grupos de marchas que marcaram presença nas Festas da Ponte do Rol.-----

-----Anotou ainda que já sabiam que no corrente ano não haveria subsídio, devido às dificuldades financeiras, mas no entanto decidiram convidar os grupos.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o subsídio de €400 em causa resultou de uma candidatura ao PAIAL, que é feita pelas associações e que obedece a um regulamento segundo o qual são classificadas, analisadas e pontuadas.-----

-----Assim, presume que o autarca não consultou o concurso, que é vasto, pelo que recomenda que veja se a candidatura das Marchas da Ponte do Rol está bem calculada, que, se não for o caso, será corrigida. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AUTOCARRO/CARRINHAS DA CÂMARA MUNICIPAL:-----

-----A propósito de um pedido de autocarro que foi negado pela Câmara Municipal, o Presidente de Junta de Freguesia, Ponte de Rol, *Sr. Pedro Vasa* agradeceu às Juntas de Freguesia da Carvoeira, S. Pedro da Cadeira e São Pedro e Santiago a disponibilidade para lhes emprestar umas carrinhas.-----

-----No entanto questiona a razão de a Câmara Municipal não emprestar as carrinhas de 9 lugares que possuiu para fazer face a esta situações.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* lembrou que nos últimos três anos a Câmara financiou a compra de cerca de 20 carrinhas para as Juntas de Freguesia, pelo que as juntas podem entre si assegurar este tipo de serviços. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ISENÇÃO DE PUBLICIDADE – OUTDOORS – ESCOLA MADEIRA TORRES:-----

-----Relativamente à Escola Madeira Torres que está incluída na listagem das entidades que irão beneficiar dos *outdoors* que já foram discutidos no ponto um do agendamento o autarca da Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa* deixou nota que os terrenos foram expropriados e juntamente com a Escola Padre Francisco Soares custaram €60.000,00 ao Estado pelo que, agora, custa muito aos ex-proprietários, verem empresas a explorá-los, quando a finalidade foi serviço público-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RECIBO VERDE – MOTORISTAS DA CMTV:-----

-----Na sequência da intervenção que fez há dois anos atrás, o autarca da ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa* questionou se situação referente à não passagem de recibos verdes por parte dos motoristas da Câmara Municipal quando prestam serviços às juntas de Freguesia, já está regularizada.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que essa situação foi regularizada há dois anos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

OESTE INFANTIL 2011:-----

-----A Presidente de Junta de Freguesia de Campelos, *Sra. Natalina Luís* felicitou a Câmara Municipal pela última edição do Oeste Infantil que decorreu entre os dias 30 de Maio a 3 de Junho com o tema “Volta a Portugal”, que contou com 40 entidades participantes.-----

-----Realçou o facto do projecto ser da Câmara Municipal mas envolver toda a comunidade educativa do concelho e para além disso muitos familiares dos alunos que com o seu empenho, dedicação e disponibilidade colaboram antes e durante o evento.-----

----Agradeceu ainda à Câmara por mais uma vez ter oferecido transporte a todas as crianças dos Jardins de Infância e do 1.º Ciclo, possibilitando que as mesmas usufruíssem das actividades que lhes eram destinadas.-----

----Anotou ainda que o evento também foi visitado por crianças de outros concelhos, o que é gratificante.-----

----Concluiu dizendo que mais uma vez se cumpriu o objectivo desta grande festa, que é proporcionar às crianças um pequeno mundo feito à sua medida.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* agradeceu as palavras da autarca, dando nota que na inauguração do evento esteve presente o Sr. Governador Civil, que confessou já tido ido a muitos eventos, mas nunca a um com esta dimensão. Trata-se de um trabalho feito pelas escolas, coordenado pela Câmara Municipal e de uma grande riqueza.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO MUNICIPAL – HORÁRIO:-----

----O *Sr. Marco Claudino*, deu nota que teve conhecimento que se iria realizar pelas 21.30H no dia 8 de Junho no Auditório Municipal uma formação dada pelo torriense Nelson Pereira para técnicos e dirigentes desportivos sob o tema “ Metodologia do Treino aplicado ao guarda-redes jovem”.-----

----Face ao posicionamento da Câmara Municipal quanto à não cedência do auditório em horário nocturno para as associações, devido aos custos envolvidos, assunto discutido na sessão ordinária de 25 de Fevereiro último, questionou se tratou-se de uma alteração de posicionamento, ou, se foi uma excepção, quer saber o fundamento da mesma.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que tratou-se de uma realização da Câmara Municipal, integrada na formação desportiva, que teve lugar à noite com trabalho voluntário de funcionários da Câmara Municipal, que não cobraram horas extraordinárias.-----

----O *Sr. Marco Claudino* reforçou que a questão do voluntariado não era justificação uma vez que, quando o assunto foi discutido em reunião de Câmara foi feita uma proposta no sentido de incluir uma cláusula que imputasse os custos das horas extraordinárias às associações que quisesse utilizar o auditório.-----

-----Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

DISTRIBUIÇÃO DA PUBLICAÇÃO – QUALITY COAST AWARDS 2011:-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* interveio para manifestar a sua satisfação pela nomeação do concelho de Torres Vedras para integrar os top 50 destinos “Quality Coast 2011-2012”. -----

-----Enquanto torriense sente-se orgulhoso por verificar que Torres Vedras ombreia num conjunto muito qualificante de outras localidades no contexto europeu, que não lhes deve ser indiferente, pelo que é mais do que justo fazerem uma breve reflexão, não sem antes felicitar a Câmara porque se não é a exclusiva gestora do ambiente no território municipal, atentas as suas competências nesta matéria pela sua actuação, tem uma inequívoca quota parte.-----

-----Frisou que se trata de um patamar de excelência, pelo qual a autarquia deve sentir orgulho e deve merecer felicitações. É um estímulo para prosseguir a mesma linha de política.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* agradeceu as referências do membro, pois é algo que lhes agrada e que devem potenciar no sentido de melhorar a economia, nomeadamente em Santa Cruz. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Nesta altura foi retomado o Período da Ordem do dia.-----

PONTO 7 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL À AQUISIÇÃO DE IMÓVEL - APARTHOTEL MARAZUL, SITO NA PRAIA DE SANTA CRUZ, NOS TERMOS DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09 NA SUA ACTUAL REDACÇÃO E DOS NÚMEROS 1 E 6 DO ART.º 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99 DE 08/06;-----

-----Presente ofício número 7547, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 8 de Junho, a informar que a Câmara Municipal, deliberou vir a adquirir os imóveis identificados na informação anexa, nas condições do contrato a celebrar com a Beltorres – Investimentos imobiliários, S. A, que se considera integralmente reproduzido. Tendo em conta o valor da aquisição e a repartição de encargos em causa, solicita o agendamento do processo de aquisição em epígrafe,-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* considerou o ponto devidamente apresentado após os esclarecimentos que deu aos condónimos do empreendimento em causa.-----

-----Tal como fez na sessão anterior o *Sr. João Pedro Reis* felicitou o Executivo por estarem a apresentar os contratos através dos quais vai ser possível implementar uma Pousa da Juventude em Santa Cruz.-----

-----Lembrou que se tratou de uma proposta da JSD, na altura desconsiderada pelo edil mas ainda bem que a oposição também faz propostas, que venham a ser reconhecidas pelo Executivo porque certamente ficam todos a ganhar. Neste caso fica Santa Cruz, Torres Vedras e fica a promoção do turismo jovem no concelho.-----

-----*Sra. Cláudia Ferreira* começou a sua intervenção cumprimentando os oradores da noite, pois

numa altura em que se fala muito de falta de participação cívica, fizeram intervenções com toda a elevação.-----

----No que concerne ao assunto em discussão, assinalou que houve da parte da autarquia uma enorme abertura para resolver um problema e atendendo à crise imobiliária que se atravessa, esta foi a melhor forma para todos.-----

----Assim resolvem os problemas dos condónimos que foram afectados pela forma como os contratos foram celebrados, assim como a questão das dificuldades que a Câmara teria em receber as compensações das áreas de cedência resultantes da alteração do uso do solo. -----

----Chamou atenção de um aspecto que será positivo para os moradores, que levantaram a questão da privacidade e da calma a que estão habituados, pois o facto de deixarem de ter um espaço afecto a discoteca, que no futuro poderá ser para um auditório certamente servirá melhor os interesses da população e muito melhor para os moradores.-----

----Por fim lembrou que o protocolo prevê a possibilidade de aproveitamento do equipamento hoteleiro em causa para o futuro alojamento dos utilizadores do Parque Aventura, que espera, venha a ser concretizado.-----

----O **Sr. João Pedro Gomes** também felicitou a Câmara Municipal pela aquisição do imóvel tendo presente o fim a que se destina, que serve o concelho e é um tipo de investimento que necessita.-----

----Relativamente ao valor em dívida ao condomínio referenciada pelo administrador do condomínio, a Câmara Municipal poderia ponderar a hipótese de requerer a certidão de não dívida uma vez que também beneficiaria como futuro condónimo. -----

----O **Sr. José Augusto de Carvalho** fez notar que estavam perante uma solução engenhosa, e economicamente favorável ao município se tiverem em conta o acréscimo patrimonial resultante mas essencialmente porque serve a atractividade de Santa Cruz, o concelho e o turismo juvenil. ----

----Quanto às preocupações manifestadas de prejudicar os restantes condónimos, atentou que não há nenhum desvio de finalidade. O empreendimento urbanístico foi concebido como um aparthotel, mantém este conceito e os condóminos já sabiam desde o início.-----

----Como vantagem inequívoca a favor dos condónimos anotou que finalmente, depois de longos anos de espera vão ser resolvidos graves problemas administrativos.-----

----No que concerne quanto à questão da qualidade de gestão do empreendimento, a participação da autarquia tem que lhes dar a garantia de que estarão perante uma gestão de qualidade.-----

----O **Sr. Nozes Pires** manifestou o acordo com esta solução engenhosa encontrada pela Câmara Municipal, mas sobretudo transparente pelo que tem o aplauso da CDU-----

----Disse ainda que deve servir de contraste com intervenções que claramente acusam outras pessoas que merecem tanto respeito como elas próprias de “polítiques ou politiquices”. Sentiu-se ofendido porque foi atingido com esta expressão.-----

-----Terminadas todas as intervenções o ponto foi votado.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria, 42 votos a favor e 1 abstenção, autorizar a Câmara Municipal à aquisição do imóvel Aparthotel Marazul, sito na Praia de Santa Cruz, Bloco 6 (aparthotel) Bloco 8 (health clube) Bloco (esplanada) e Bloco 10 (bar e dancing do empreendimento Marazul), à Beltorres – Investimentos Imobiliários , S.A. que são partes integrantes do art.º matricial 7240 da Freguesia da Silveira e registado na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o número 5359, pelo valor de 2.200.000,00 euros e nas restantes condições asseguradas em protocolo que se considera parte integrante desta deliberação.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 43 membros.-----

PONTO 8 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A CEDER A UTILIZAÇÃO DE IMÓVEL À MOVIJOVEM – MOBILIDADE JUVENIL, COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, PARA INSTALAÇÃO DA Pousada da Juventude em Santa Cruz, tendo em conta a competência prevista na alínea I) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 19.08, na sua actual redacção;-----

-----Presente ofício número 7548, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 8 de Junho a remeter proposta que se consubstancia na celebração de protocolo de cedência do imóvel nos termos e nas condições nele descritas que se consideram integralmente reproduzidas. -----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por dizer que não foi fácil sensibilizar a Movijovem para a instalação de uma pousada da juventude em Santa Cruz, pois entendiam que a rede de pousadas no país está encerrada e não há necessidade de abrirem novos equipamentos, além de entenderem que a Pousada da Juventude da Praia da Areia Branca pela sua proximidade, respondia às necessidades da zona e Santa Cruz iria “roubar” clientela.-----

-----Mais informou que foi só depois de terem visto o edifício que foi construído de raiz como aparthotel é que ficaram rendidos.-----

-----Disse que o figurino deste tipo de exploração é muito idêntico à exploração hoteleira no país, e a Movijovem é uma marca hoteleira com o maior número de camas no território nacional. Deu também alguns esclarecimentos quanto ao teor do protocolo envolvido. -----

-----Por fim disse que quer que seja um sucesso e a autarquia vai estar empenhada para que funcione bem.-----

-----O *Sr. Nozes Pires* disse desconhecer as regras da Movijovem e apesar de considerar de boa fé as informações recebidas agora, gostaria de ter mais dados para se pronunciar. -----

-----Manifestou algumas dúvidas quanto à questão dos lucros futuros mas atenta as palavras do Sr. Presidente da Câmara, votará a favor no entanto, aguardando mais esclarecimentos. -----

-----Sobre a intervenção do colega João Paulo Reis no ponto anterior a *Sra. Claudia Ferreira*,

comentou que uns têm ideias, outros aproveitam as oportunidades que a vida lhes coloca à frente, executam os projectos com engenho e fazem a obra andar.-----

-----Assim entende que o assunto em apreço resulta precisamente de uma oportunidade que não foi perdida pela autarquia e para a qual chama a atenção.-----

-----Do protocolo em discussão, que é muito claro e contém regras inerentes ao funcionamento da Movijovem, realçou a parte relativa ao investimento na juventude, através desta pousada que vem dar resposta a uma falta de camas na região, sobretudo para quem não têm muitos meios financeiros, pois estas pousadas através do cartão de alberguista são acessíveis não só a jovens mas também a famílias.-----

-----Chamou também a atenção que a entrada na rede de pousadas da juventude é mais uma forma de o concelho se dar a conhecer, dado que existe um site informativo, onde constam as informações das pousadas e as mais valias das localidades onde as mesmas estão instaladas o que pensa ser muito positivo para o turismo e em geral para toda a região.-----

-----Por fim deu os parabéns à Câmara Municipal pelo projecto, que é muito positivo para os jovens e para Torres Vedras.-----

-----Quanto aos lucros futuros que consta da alínea e) da informação/proposta que suporta o agendamento, o *Sr. Presidente da Câmara* explicou que não está acautelado em protocolo mas será uma boa discussão futura pois significa que funcionou e têm exploração positiva. -----

-----Disse ainda que estão a falar da gestão de mais de 2000m² de área coberta, pelo que, após alguma negociação, decidiram apenas considerar a esta questão e deixar a dos lucros para o futuro.--

-----Não se registando mais intervenções o Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino*, submeteu à votação o assunto em apreço.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 43 votos a favor e 1 abstenção autorizar a Câmara Municipal a ceder a utilização de imóvel à Movijovem – Mobilidade Juvenil, cooperativa de interesse público de responsabilidade limitada, para instalação da Pousada da Juventude em Santa Cruz, nos termos do protocolo que se considera parte integrante desta deliberação.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 44 membros.-----

PONTO 9 - RATIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL, PARA CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIA SÉNIOR - RESORT – VALE DA VÁRZEA - FREGUESIA DE MONTE REDONDO, REQUERIDO POR MANUEL RODRIGO DE SOUTO GOMES, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS IO/72/2010 EM CUMPRIMENTO DO N.º 1 DO ART.º130.º DO PDMTV EM VIGOR;-----

-----Presente ofício número 7546, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 8 de Junho, a remeter o processo de obras em título, para efeitos de ratificação, nas condições do parecer técnico emitido e ainda na condição de ser apresentado projecto de licenciamento no prazo de um ano contado da data

da notificação da ratificação de declaração de interesse municipal.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve apresentação do equipamento, que se localiza junto a Monte Redondo, com bom acesso da estrada nacional.-----

----Concordando com a decisão do Executivo em declarar de interesse público este equipamento, o *Sr. João Bastos* lembrou que o local é algo isolado e provavelmente é desprovido de infra-estruturas. Como o parecer técnico apenas estabelece que deve prever-se a requalificação dos acessos, não vê que as extensões das infra-estruturas sejam asseguradas pelo requerente.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que em processo de licenciamento as infraestruturas vão ter que ser acompanhadas pelo requerente e vão ter que as executar. O requerente no licenciamento tem que garantir as infra-estruturas de água, luz e saneamento.-----

----Não se registaram mais intervenções e passou-se de imediato à votação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade ratificar a Declaração de Interesse Municipal, para construção de Residência Sénior - Resort -Vale da Várzea - Freguesia de Monte Redondo, requerido por Manuel Rodrigo de Souto Gomes, referente ao processo de obras IO/72/2010.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 44 membros-----

PONTO 10 - APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO.-----

----Presente informação referente à actividade do município, nos meses de Dezembro Abril, Maio e Junho de 2011, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores em 13/06/2011 é € 5.420.0083,00 e o saldo de tesouraria € 1.707.874,56.-----

----Manifestando alguma preocupação o *Sr. Luís Carlos Lopes*, solicitou alguns esclarecimentos quanto ao valor do limite de endividamento para 2011, para médio/longo de €19.219.228,00 comparativamente com a dívida de médio e longo prazo (empréstimos) que é de €19.659.615,12.----

----Atento ao facto de terem que mudar algum procedimentos face à situação financeira actual, entende seria o momento para que houvesse, por parte do Presidente da Câmara um pouco de doutrina e desse algumas pistas de forma séria sobre o que vai fazer-----

----O *Sr. Guilherme Ferreira* aludindo à Prestação de Contas de 2010 discutido na Assembleia Municipal em Abril último, e tendo presente que foi o segundo exercício com prejuízo apresentado de cerca €5.000.000,00 concluiu que a situação financeira não é fácil, é preocupante. Lembrou que então questionou qual eram as perspectivas do edil para lidar com a situação, reforçando este pedido assim como pedido do seu líder de bancada.-----

----Quanto a haver margem para contrair empréstimos, fez notar que as entidades bancárias têm

pouca disponibilidade para o efeito e os custos são cada vez mais elevados. -----

----Reportando-se à informação agendada, manifestou a sua preocupação com o saldo de tesouraria que em dois meses baixou cerca de €2 000 000,00, tendo o total da dívida aumentado €1.000.000,00, ou seja uma média de €500.000,00 por mês, o que é consistente com os últimos 12 meses assim como com a dívida que aumentou €6.000.000,00 desde a sessão de Junho do ano transacto até esta. -

----Relativamente ao empréstimo de curto prazo, que seria destinado aos protocolos, verificou que a dívida a curto prazo passou no prazo de um ano de €700.000,00 para €2.087.573,00, interrogando-se como é que as juntas e as associações fazem face à situação.-----

----Por fim assinalou que a dívida a fornecedores não diminuiu o que também é motivo para preocupação.-----

----O Presidente de Junta de Freguesia da Carvoeira, **Sr. José Manuel Cristóvão** assinalou alguma preocupação com a firma que está a fazer a obra de saneamento na freguesia que preside.-----

----Disse que reuniu com os SMAS e a firma, onde teve conhecimento que existe falta de material para completar a obra e ao alertar para o mesmo, foi-lhe sido dito para informar por escrito.-----

----Deu nota ainda que o saneamento que se está a fazer continua a ser depositado na linha de água uma vez que a empresa Águas do Oeste ainda não construiu os emissários, além de que parte das estações elevatórias já construídas foram vandalizadas. -----

----Lamentou que já tenha alertado por escrito esta entidade para os vários tipos de problemas, sem resultados e a situação arrasta-se há cerca de 5 anos sem resolução, pelo que solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que actue em conformidade, junto da firma que está a executar as obras.-----

----O autarca da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** complementou a sua intervenção sobre os clubes de futebol, que fez no período antes da ordem do dia, salientando que quanto ao ganhar não tem como princípio efeitos competitivos em atletas dos 5 aos 7 anos, e o Ponterrrolense é o clube no concelho com mais palmarés.-----

----Reportou-se ao processo de obras OP 107/2009 que diz respeito à construção de uma moradia e muros no Bairro do Calvo, para questionar o afastamento dos muros à estrada e ao marco geodésicos que está no local.-----

----Terminadas as intervenções o **Sr. Presidente da Câmara** prestou alguns esclarecimentos:-----

----Quanto às questões de saneamento na freguesia da Carvoeira disse que está a par da situação, pois desde início que tiveram dificuldades com o empreiteiro e terão que arranjar uma solução antes do término do contrato e já estão a trabalhar nesse sentido.-----

----Relativamente à Águas do Oeste, tem conhecimento que lançaram concurso para o material que foi furtado, contudo solicitou ao autarca que lhe forneça as informações por escrito de modo a que ele as apresente nas reuniões quinzenais que tem, como representante da CimOeste no conselho de administração da empresa.-----

-----No que se refere à intervenção do autarca da Ponte do Rol, disse desconhecer o processo em causa mas o Sr. Vereador do Urbanismo presente irá informar-se para responder em conformidade.--

-----Acha que deve haver competição nos escalões jovens e esta Câmara Municipal está ciente do palmarés do Clube Desportivo Ponterrolense do qual têm dado provas.-----

-----Nesta sequência lembrou que para as novas instalações do clube, a Câmara em 2005, 2006, 2007 e 2009 subsidiou com €50.000,00 tendo já em 2011 já aprovado um apoio de €25,000,00 que ainda não foi pago. Além de que ao longo desses anos subsidiaram a actividade desportiva do Ponterrolense em €61,400,00, frisando que não se arrepende de nenhum dos valores.-----

-----Por isso, não se pode pensar que não conhecem o Ponterrolense, a sua importância e que não apoiam o clube, anunciando que a autarquia até já têm a relva contratada para o campo.-----

-----Aproveitou também para frisar que não é só a Ponte do Rol que tem Marchas pois Campelos também tem, apenas não fazem o alarido que o autarca faz. Tem a certeza que as marchas envolvem muita população, que têm muito trabalho que fazem com muita alegria e devem ser apoiadas, na medida do possível, pela Junta e pela Câmara Municipal.-----

-----Quanto às interpelações dos membros Luís Carlos Lopes e Guilherme Ferreira, deu nota que Torres Vedras não é uma ilha, têm alguns recursos próprios, mas cada vez menos e cada vez mais estão dependentes daquilo que o governo decidir. Terá que aguardar sobre o que serão as prioridades do governo para o futuro e em função dessas orientações irão tomar medidas.-----

-----Concluiu fazendo notar que já fizeram muitas reduções, com alguns resultados e como vão ter cortar mais terão de estabelecer prioridades. Com a escassez de recursos próprios e a que se avizinha em termos nacionais, vai haver situações em que não vão poder acompanhar pelo que ficam à espera de orientações.-----

-----O **Sr. Diogo Guia** aludindo ao memorando da “troika” que prevê um corte de 15% nos quadros dirigentes, medida que afecta a todos, disse que gostaria de ouvir algumas palavras do edil sobre esta questão, assegurando que o PSD está disponível para discutir as formas menos dolorosas de o fazer.-

-----Anotou que é importante que se comece a pensar neste assunto, uma vez que em Setembro será posto em prática.-----

-----Quanto ao novo campo do Ponterrolense e reportando-se aos valores que vê de forma diferente o autarca **Pedro Vasa** indicou, que compraram os terreno em 1998 pelo valor de €100.000,00 pagos na integra pela população e desde esse ano até 2011a Câmara Municipal deu €200.000,00, o que não perfaz nem €20.000,00 por ano.-----

-----Por fim lembrou que a Junta de Freguesia entrou com €75.000,00, que é um grande esforço comparado com os €200.000,00 que a Câmara Municipal deu.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu ao autarca que quando fala no custo do terreno esqueceu-se da parte final da história.-----

-----Nesta sequência informou que o Ponterralense comprou um terreno juntamente com o ASAS à Construtorres, para o qual a dada altura desenvolveu um projecto que ocupava todo o terreno. A resolução do problema sobrou para a Câmara Municipal, com o empenho impar do autarca. -----

-----Mais informou que a Câmara Municipal comprou o terreno ao lado, que é de equipamento onde presentemente se está a fazer a escola, sendo o restante cedido ao ASAS e assim toda a família Ponterralense ficou feliz e em bem. Mas o terreno foi comprado com o dinheiro autarquia.-----

-----Disse ainda que soube por um membro da Assembleia de Freguesia, que a Junta de Freguesia tinha assumido o compromisso de dar um subsidio de x durante x anos ao clube, que vai muito para além do mandato do autarca.-----

-----Assim, e porque tem a certeza que essas verbas não se sair da Câmara Municipal de Torres Vedras, lamentou que o autarca não lhe tenha perguntado se haverá no futuro condições de o fazer, pois se o tivesse feito a resposta teria sido negativa. Será no entanto um problema que caberá ao autarca resolver.-----

-----No tocante à questão da redução dos quadros dirigentes esclareceu que estão a aguardar como é que na prática se vai efectivar, se é para reduzir o quadro legal, ou no quadro efectivo existente à data.-----

-----Esclareceu ainda que seja qual for o cenário, julga que não virão a ter qualquer problema, pois têm 14/15 dirigentes e 15% são dois. Aproveitou para dizer que já este ano irão ter a reforma de dois dirigentes, mas vão estar atentos às orientações.-----

-----De seguida e para alguns esclarecimentos adicionais sobre as intervenções dos membros Luís Carlos Lopes e Guilherme Ferreira deu a palavra ao Vereador de **Dr. Sérgio Galvão**.-----

-----O Vereador confirmou que comparando esta informação financeira com a de há um ano atrás a situação está pior. As receitas de 2010 diminuíram drasticamente, tendo o IMT decrescido em cerca de €3.000.000,00.-----

-----Frisou que a passagem com uma dívida grande vai onerar o orçamento de 2011, situação que tentam regularizar com a baixa de custo no corrente ano. Trata-se de uma situação pontual, e de facto, conforme a data em que a Assembleia Municipal é realizada, o saldo de tesouraria é maior ou menor.-----

-----No que se refere ao valor da dívida de médio/longo prazo de €19 659,615, contém os valores dos empréstimos excepcionados que são €624.475,35 e ao retirar esse valor estão dentro do valor que consta para o limite da capacidade de endividamento.-----

-----Referiu ainda que têm uma série de verbas de receitas do estado em atraso que a autarquia tem tentado cobrir com um esforço enorme. São cerca de €2.200.000, referente à Drel e QREN, que já deviam ter recebido há meses, que lhes tem complicado muito a tesouraria mas que espera que em breve recebam. -----

-----Esclareceu que o empréstimo de €2.300.000,00 não é para pagar a associações ou juntas mas para necessidades de tesouraria de curto prazo.-----

-----Por fim assinalou que comparativamente com os valores que tinham em Abril, só dos Contratos/Factoring/Cedências Créditos já pagaram cerca de €1.000.000,00 porque também houve necessidade de cumprir com o banco. Ao amortizar esta verba, também estão a amortizar a dívida a fornecedores.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino a aprovação da minuta da acta da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correcções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 24.10 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
